

Lídia Besouchet: mediações culturais e políticas na trajetória de uma escritora brasileira no exílio platino (1938 a 1948)

Livia de Azevedo Silveira Rangel
Universidade de São Paulo, Brasil
liviaasrangel@hotmail.com

Estudar a trajetória intelectual e política de Lídia Besouchet foi uma escolha determinada, principalmente, pela curiosidade. Havia uma curiosidade histórica posta de antemão que indicava o enorme potencial de descoberta que a vida da escritora reservava para a compreensão de mais um elo de um período da nossa história, marcado por intensas transformações tanto no campo político, quanto no campo artístico. Em princípios do século XX, em especial na década de 1930, o engajamento cultural praticamente se fundiu ao engajamento político e vários artistas e intelectuais quase não conceberam um sem o outro e, quando não se envolviam por ímpeto próprio, eram impelidos a tomarem posicionamento.

O momento era de constante tensão e crise para os grupos comprometidos com atividades de esquerda, sobretudo após ser decretada por Getúlio Vargas a ditadura do Estado Novo, que perseguiu, vigiou, prendeu, torturou e exilou muitos dos intelectuais que resistiram, aberta ou discretamente, ao crescente autoritarismo do novo regime. Lídia Besouchet fazia parte deste contexto e atuou neste universo de conflitos sociais e políticos não apenas como literata simpatizante das ideias revolucionárias, mas também como membro do Partido Comunista, tornando-se mais tarde adepta da dissidência trotskista.

Vivendo uma situação insustentável de perseguição, Lídia, juntamente com seu marido Newton Freitas (intelectual, dramaturgo, ensaísta, periodista), partiu para o exílio de onde só retornou, definitivamente, após quatro décadas. E é justamente sobre o período em que viveu exilada na Argentina, de 1938 a 1948, que a presente pesquisa se debruça, uma vez que foi a partir dessa experiência que Lídia Besouchet intensificou e aprimorou seu talento literário e pôde participar ativamente das trocas intelectuais promovidas pela importante circulação de artistas e demais interlocutores que movimentaram o cenário da cidade de Buenos Aires nos anos 1930 até meados de 1940, intercambiando propostas culturais, políticas e mesmo identitárias entre o Brasil, a Argentina e outras partes do mundo.

Sua atuação como mediadora política e cultural começou a se forjar em meio a tal conjuntura, quando então publicou livros por editoras argentinas e escreveu artigos ensaísticos voltados para a divulgação da produção literária brasileira na imprensa portenha. Além desses instrumentos mediadores, Lídia ainda exerceu a função de tradutora de obras em língua espanhola para o português e manteve durante toda a vida uma ampla teia de contatos sustentada pela troca de correspondências com diversos intelectuais do mundo cultural ibero-americano. Assim, a posição que Lídia Besouchet ocupou no exílio platino, o lugar de onde falou, suas aspirações e sua maneira de comunicar dois mundos diferentes são referências cruciais para entender os aspectos que cercaram o seu papel como mediadora política e cultural no período em que viveu na Argentina.

Dessa maneira, conceitos como o de mediações culturais e circulação de ideias são caros à leitura aqui realizada. Vê-se, dessa forma, que as coordenadas teórico-conceituais que guiam este trabalho podem contribuir para uma reflexão específica do conceito de “circulação”, já que parte de uma trajetória individual para traçar paralelos de ordem mais ampla referentes às dinâmicas de intercâmbio de indivíduos, grupos e sociedades com as ideias em circulação no mundo cultural latino-americano.

Lídia-Cidadã do mundo: vida e obra

É preciso argumentar, antes de percorrer alguns dados biográficos da escritora, que mais do que respostas, são as perguntas que se impõem quando o propósito é explorar as muitas perspectivas de atuação em que se empenhou Lídia Besouchet, seja no período em que se debruça a presente pesquisa, seja em décadas anteriores ou posteriores a tal recorte. As únicas informações disponíveis acerca da sua trajetória foram recolhidas, sobretudo, por meio de relatos orais, fornecidos por amigos próximos e parentes, e a partir de pesquisas nos veículos da imprensa onde se tinham notícias de sua colaboração. Um quebra-cabeça que foi parcialmente montado por Vanda de Souza Netto, em seu livro *A embaixadora das artes. Lídia Besouchet, vida e obra*, publicado em 2008 pela Secretaria de Cultura do município de Vitória em parceria com a Academia Espírito-Santense de Letras. O livro, de proporções modestas, contém apenas dez páginas de notícia biográfica – sendo o restante dedicado ao estudo crítico da literatura produzida pela escritora –, o que justifica os limites que o impediram de contribuir com uma análise mais aprofundada e rigorosa dos acontecimentos que marcaram a atuação política e cultural de Lídia. Não é ousado dizer, portanto, que parte desta história ainda está por ser escrita.

Aliás, as muitas lacunas a serem preenchidas não devem ignorar o que já foi pensado e escrito sobre Lídia Besouchet. Um dos registros mais precisos encontrados em sua biografia, por exemplo, diz respeito aos livros que publicou no percurso de sua vida intelectual. De acordo com o levantamento feito por Souza Netto, Lídia publicou, sem contar as reedições, cerca de 15 títulos, alternando trabalhos que iam desde o gênero histórico-biográfico até o romance, com uma breve incursão pela literatura infanto-juvenil.

Como já mencionado, foi em 1939 a data de publicação de seu primeiro livro, escrito em parceria com seu marido, Newton Freitas, intitulado *Diez escritores del Brasil*, com edição de lançamento produzida pela Editora M. Gleizer, de Buenos Aires. Em seguida, publicou, pela Editora América Económica, também de Buenos Aires, o ensaio biográfico *Mauá y su época* (1940), que ganhou versão em Português em 1942. Na sequência, Lídia lançou outro trabalho de caráter histórico, *José Maria da Silva Paranhos - el Visconde del Rio Branco* (1942), pela Editora Viau, sucedido por mais dois livros que tratavam da trajetória política do Visconde de Mauá. Mas, sua estréia como romancista só aconteceu em 1945, quando publicou *Condición de Mujer*, lançado pela Editora Sudamericana, livro que chegou ao Brasil em 1948. *El Mestizo* (1946), editado pela Emecé Editores, foi seu segundo romance, sucedido, anos mais tarde, por *Cidade de Exílio* (1961), publicado pela Editora José Olympio. Já *Los cuentos de Tio Macário* (1947), lançado pela Casa Editora Peuser, marcou sua passagem pela narrativa fantástica, dedicada ao público infantil. Em 1975, Lídia publicou seu mais famoso trabalho como historiadora, a obra *Exílio e Morte do Imperador*, que saiu pela Editora Nova Fronteira. Muitos ensaios e artigos foram escritos por Lídia Besouchet, alguns foram publicados na imprensa do exterior e do Brasil, outros permanecem inéditos ou inacabados, como o livro *A saga dos Besouchet* e o romance que seria intitulado *Autobiografía do inconsciente*.¹

Poucas são as informações que permitem mensurar o quanto os livros de Lídia Besouchet se tornaram conhecidos do público leitor brasileiro contemporâneo da escritora, em contrapartida, é possível afirmar que entre um seletivo grupo de artistas e de intelectuais brasileiros possuía considerável notoriedade. Os laços de amizade e os relacionamentos que começou a tecer ainda no período em que vivia no Rio de Janeiro não deixaram de se estreitar após sua partida para o exílio. Muito pelo contrário, sua trajetória intelectual no exterior demonstra que a temporada na Argentina foi, em grande medida, acompanhada por encontros regulares com escritores, artistas e intelectuais brasileiros, muitos dos quais mantiveram correspondência com a escritora. O círculo de amizade

¹ Cf. SOUZA NETTO, Vanda Luiza. *A embaixadora das artes. Lídia Besouchet: vida e obra*. Vitória: Academia Espírito-santense de Letras, 2008.

com a intelectualidade brasileira também se expandiu e foi reafirmado por intermédio de Newton Freitas (Vitória, 1909 – Rio, 1996), marido de Lídia Besouchet – dramaturgo, ensaísta, novelista e periodista. Nomes como os de Murilo Mendes, Gilberto Freyre, Mário de Andrade, Portinari, Mário Pedrosa, Di Cavalcanti, Carlos Lacerda, Graciliano Ramos, Erico Veríssimo e Rubem Braga estão entre os missivistas que compõem o acervo de cartas preservado pelo casal, o que sugere a inserção de ambos no circuito da produção cultural do Brasil, ao mesmo tempo em que indica a posição central desses intelectuais na difusão da literatura e da arte brasileiras na Argentina.²

Antes, no entanto, de se ver forçada a decidir pelo refúgio em outro país, na década de 1930, Lídia Besouchet desempenhou atividades como jornalista, crítica de arte, cronista e ensaísta, escrevendo principalmente para a imprensa do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Foi, contudo, na cidade de Vitória, que iniciou sua carreira, em princípio como professora e, um pouco mais tarde, como escritora.

Nascida provavelmente em Porto Alegre, no dia 23 de maio de 1908,³ Lídia Besouchet viveu parte de sua infância na cidade mineira de São João del Rey e praticamente toda a sua juventude na capital do Espírito Santo, para onde se mudou com sua família por volta do ano de 1920. Nessa cidade, frequentou o curso de magistério, na Escola Normal, concluindo os estudos em 1924. Mais tarde, foi apontada como uma das representantes do grupo pioneiro de professores que fez parte da tentativa de reforma do ensino tradicional nas escolas capixabas, o qual esteve apoiado nas inovadoras propostas pedagógicas da *Escola Activa*.⁴ Em janeiro de 1932, Lídia concorreu a uma cadeira na Escola Normal Pedro II, com a tese “Pedagogia Social: educação no futuro. Comunas infantis”, trabalho que foi inspirado “numa assimilação juvenil de autores marxistas, socialistas e progressistas”.⁵ Sua proposta foi recebida com desconfiança e assombro pelos membros da banca de avaliação, que optaram por classificá-la em segundo lugar. Lídia chegou a questionar a decisão dos pareceristas do concurso, mas sua indignação não surtiu qualquer efeito no sentido de compensá-la pela decisão supostamente arbitrária.

Nota-se, daí, que a cidade de Vitória já não comportava os anseios ideológicos de Lídia Besouchet, que acumulava “razões” mais que suficientes para que a fatia conservadora da sociedade capixaba a julgasse dona de modos e ideias “suspeitas”. Dentre as possíveis acusações que poderiam recair sobre seu comportamento estava o fato de Lídia, desde muito cedo, ter convivido com o ideário socialista, por meio de leituras, discussões e reuniões promovidas e compartilhadas por ela e seus irmãos Marino, Alberto e Augusto que, já em princípios da década de 1920,

² As correspondências passivas que compõem o acervo Lídia Besouchet encontram-se arquivadas no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Além das cartas assinadas por intelectuais brasileiros, o acervo também preserva a correspondência mantida por artistas e intelectuais de outros países com a escritora.

³ Souza Netto chama a atenção para uma possível manipulação na data e no local original de nascimento da escritora. Segundo ela, alguns familiares de Lídia Besouchet lhe informaram, em entrevista, que o ano e o lugar corretos de nascimento da autora seriam 1906, em Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Os motivos para Lídia querer forjar essas informações não foram mencionados. É provável que essas controvérsias tenham alguma ligação com sua atividade na militância de esquerda. Cf. SOUZA NETTO, 2008.

⁴ A *Escola Activa* alcançou, no Brasil, um grande número de adeptos devido aos investimentos, ao menos teóricos, do governo brasileiro na ampliação e na reforma da educação, principalmente no decorrer da década de 1920. A *Escola Activa*, como instrumental pedagógico, ganhou sua versão capixaba com a implantação da proposta numa escola experimental, que serviria de laboratório para os professores formados nos princípios da Escola Nova. Essa escola experimental funcionou, provisoriamente, no Grupo Escolar Gomes Cardim, e obteve sucesso relativo durante o período que serviu de apoio para a formação do núcleo de profissionais que reproduziriam a reforma no ensino espírito-santense. Lídia Besouchet foi uma das professoras escolhidas pelo Secretário de Instrução, Atilio Vivacqua, para participar do Curso Superior de Cultura Pedagógica, ministrado entre agosto de 1929 e junho de 1930. O curso fora projetado com o intuito de revolucionar a mentalidade dos educadores. Como exigência para sua conclusão – o curso equivalia ao ensino superior para os formandos, numa época em que não existiam faculdades no Espírito Santo – os alunos deveriam defender uma “these”, com base nos aspectos do programa. Lídia submeteu à discussão a monografia intitulada *O folk-lore na Escola Activa*. Cf. SOARES, Renato Viana. *A Escola Activa Antropofágica que a “revolução” de 30 comeu*. São Paulo: Lei Rubem Braga-Darwin, 1998.

⁵ SOARES, 1998. p. 77.

intensificavam atividades de esquerda no ambiente político do Espírito Santo.⁶ Além disso, Lídia Besouchet foi uma das poucas mulheres, no reduto capixaba, a manifestar abertamente, na imprensa, sua filiação ao pensamento feminista, se posicionando, mais uma vez, na mira das críticas dos grupos conservadores da sociedade.⁷

Os pretextos que levaram Lídia Besouchet a sair do Espírito Santo rumo ao Rio de Janeiro não se resumiram, decerto, à insatisfação da escritora de viver nos limites considerados provincianos da capital, mas esse pode ser um motivo plausível para explicar sua partida. Na verdade, o Rio de Janeiro era uma rota “natural” para muitos capixabas que buscavam ampliar as possibilidades de estudo e de trabalho que, de fato, Vitória não oferecia. Desse modo, em 1933, Lídia mudou-se para o Rio, de onde saiu em 1934 para viver uma curta temporada em São Paulo. Foi nesta cidade que nasceu seu primeiro e único filho, fruto do casamento com Newton Freitas. Mas, ao que parece, a maternidade chegou repentinamente, num momento intempestivo da vida do casal, que decidiu entregar a criança aos cuidados de uma família judaica que vivia na capital paulista. As perseguições políticas, as constantes fugas e o compromisso com a luta revolucionária certamente influíram na decisão, mas outras razões não devem ser descartadas.

A partir de então, o envolvimento de Lídia Besouchet com o movimento comunista recrudescer e, em 1935, quando já era militante do PCB, se tornou também membro da Aliança Nacional Libertadora, organização política de cunho nacionalista fundada oficialmente em março daquele ano, com o intuito de realizar atividades de oposição ao regime de Vargas. A convicção antifascista e pró-liberdade democrática, associada ainda à ideia de formação de um governo popular, reuniu ativistas comunistas e intelectuais de várias vertentes ideológicas contra o avanço do autoritarismo do presidente. Além dos comícios e das manifestações públicas organizadas pela ANL, um levante armado, deflagrado em novembro de 1935, primeiramente na cidade de Natal e, em seguida, no Rio de Janeiro e em Recife, entrou para a história da entidade como sua mais ousada “aventura insurrecional”.⁸ Segundo pesquisa realizada pelo historiador Dainis Karepovs,⁹ apenas Alberto, dos quatro irmãos da família Besouchet envolvidos em atividades da esquerda política, participou ativamente da tentativa de golpe. Ele, juntamente com outros militares rebeldes e um grupo de civis, avançaram sobre a capital pernambucana. Diferentemente do levante em Natal, em que os revoltosos chegaram a instalar um governo provisório que durou cerca de quatro dias, em Recife, assim como no Rio de Janeiro, a conspiração foi prontamente reprimida.

Após o episódio, os irmãos Besouchet, que dirigiram críticas contundentes à sublevação de novembro, foram considerados inimigos em potencial da revolução e, logo, banidos do PCB. A expulsão e a perseguição foram medidas bastante comuns adotadas pelas lideranças comunistas para punir os acusados de debandarem para a dissidência trotskista, vista como uma corrente contrarrevolucionária pela facção que se mantinha fiel à Stalin. Por isso, em 1936, os Besouchet enfrentaram uma dupla perseguição: a do governo, que além de continuar sua prática de vigilância, controle e repressão aos comunistas, instaurou ainda um Tribunal de Segurança Nacional, cuja criação esteve intimamente ligada à coerção dos implicados nos acontecimentos do fracassado levante de 35; e a dos “camaradas” de partido, antitrotskistas convictos que não vacilaram na

⁶ De acordo com Soares (1998), os comunistas começaram a se organizar no Espírito Santo por volta de 1927. “Mas desde o início do século já se encontram referências a Karl Marx e dirigentes socialistas nas reuniões do movimento sindical, através da imprensa capixaba”. Cf. SOARES, 1998, p. 28.

⁷ O artigo “Feminismo”, publicado na revista *Vida Capixaba* na edição de março de 1932, é um exemplo que pode ser mencionado a propósito da defesa de Lídia Besouchet a favor do pensamento feminista, embora a autora preserve uma opinião bastante particular sobre o tema. Cf. RANGEL, Lívia de Azevedo Silveira. *Feminismo Ideal e Sadio: os discursos feministas nas vozes das mulheres intelectuais capixabas. Vitória/ES (1924 a 1934)*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

⁸ FAUSTO, Boris; DEVOTOS, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Ed. 34, 2004. p. 249.

⁹ Cf. KAREPOVS, Dainis. “O ‘caso Besouchet’ ou o lado brasileiro dos ‘Processos de Moscou’ pelo mundo”. In. *O olho da história*, ano 12, n. 9, dezembro de 2006.

oposição ferrenha aos rivais. Deste modo, a adesão da família Besouchet – com exceção de Alberto – à Liga Comunista Internacionalista (LCI), liderada por um grupo de militantes contrários às diretrizes assumidas pelo PCB, alinhados, portanto, às propostas de Léon Trotsky, contribuiu, além de todos os agravantes, para que o cerco se fechasse cada vez mais.¹⁰

Assim, a convocação de Alberto, irmão mais novo de Lídia, para compor as bases combatentes brasileiras na Guerra Civil Espanhola (1936-1939), se transformou na oportunidade ideal para que seus inimigos confabulassem um plano de emboscada. Enviado formalmente pelo PCB para a Espanha, Alberto saiu do Brasil, no entanto, com uma carta de recomendação assinada por Mario Pedrosa, uma das principais lideranças trotskistas do país, dirigida a Andrés Nin, do Partido Operário de Unificação Marxista (POUM). A notícia logo se espalhou e quando Alberto chegou à Espanha seu nome já estava associado ao estigma do trotskismo. Atuando normalmente como um militar das Brigadas Internacionais, o caçula da família Besouchet estava, contudo, no alvo das investigações da polícia soviética e, de acordo com pesquisas, Alberto teria sido fuzilado por agentes de Stalin infiltrados na Espanha, provavelmente em outubro de 1938.¹¹

Na época do desaparecimento de Alberto, Lídia Besouchet e Newton Freitas ainda viviam no Rio de Janeiro. As notícias do irmão cessaram antes do casal decidir pelo exílio na Argentina e, segundo Souza Netto, esse pode ter sido um peso relevante na balança de razões que levaram Lídia e o marido a deixarem o Brasil, em 1938. Mas, no fundo, tudo o que se pode dizer sobre as motivações que a levaram a viver no exílio não passam, por enquanto, de suposições. O fato de não se saber a data exata de sua partida para aquele país dificulta consideravelmente a tentativa de determinar quais teriam sido as razões primordiais que a fizeram cruzar a fronteira para experimentar, durante uma década, a condição de exilada na cidade de Buenos Aires. Esta é, portanto, uma questão a ser investigada mais profundamente, buscando-se compreender quais teriam sido as razões ou as conveniências que impulsionaram Lídia e seu marido a escolherem como refúgio a Argentina, ao invés de outros países latino-americanos já com sólida tradição de asilo político, como é o caso do México.¹²

Embora esta resposta não tenha ainda emergido da pesquisa preliminar realizada, nada impede que um exame de conjunturas históricas seja feito, buscando pensar como, direta ou indiretamente, as circunstâncias políticas, por exemplo, podem ter cooperado para que Lídia se confrontasse com a experiência do exílio.

Cabe lembrar que, mesmo antes do golpe de 1937, o clima de repressão já havia se instalado no Brasil. O “perigo vermelho”, considerado uma ameaça crescente aos interesses da segurança nacional, foi largamente utilizado como fundamento para a necessidade de criação de instituições e cargos públicos especializados em atuar na vigilância dos grupos “subversivos”. O maior exemplo desta iniciativa veio da criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), que entrou em funcionamento no ano de 1933 com a incumbência de garantir a “ordem social” o que, em outras palavras, significava vigiar, controlar e repreender indivíduos, grupos, partidos e organizações de caráter ideológico, com destaque para os comunistas. Neste contexto, Lídia Besouchet era um alvo, assim como seus irmãos e alguns amigos. Segundo consta em sua biografia, Lídia não chegou a ser presa durante o período em que sofreu perseguição do aparato repressor do governo de Vargas e isso por conta de vários disfarces e esconderijos que conseguiram driblar a

¹⁰ Cf. BATTIBUGLI, Thaís. *A solidariedade antifascista: brasileiros na Guerra Civil Espanhola (1936-1939)*. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Editora USP, 2004.

¹¹ Cf. KAREPOVS, 2006. As circunstâncias que envolveram a morte de Alberto Besouchet nunca foram completamente esclarecidas. Em correspondência, datada de 6 de outubro de 1980, Julián Gorkein, que havia sido em décadas anteriores um dos líderes do Partido Comunista da Espanha e do Partido Operário de Unificação Marxista (POUM), em resposta a uma carta enviada por Lídia Besouchet, forneceu algumas pistas do que poderia ter acontecido ao tenente Alberto, o que demonstra que, ainda na década de 1980, a escritora insistia na busca por notícias mais precisas do irmão. Esta carta pode ser consultada no Fundo Lídia Besouchet. LB(4)1-21. IEB-USP.

¹² Cf. YANKELEVICH, Pablo (org.). *México, País Refugio. La experiencia de los exilios en el siglo XX*. México: Inah/Plaza y Valdés, 2002.

ofensiva da polícia política. Mesma “sorte” não tiveram Haydée Nicolussi, sua amiga, e Inês Besouchet, cunhada de Lídia, que passaram uma temporada detidas no presídio da Rua Frei Caneca, no Rio de Janeiro.¹³ Daí por diante, a situação só agravou e os episódios que antecederam ao advento do Estado Novo (1937-1945) sustentaram ainda com mais força a retórica do anticomunismo, viabilizando ao projeto de edificação de um governo de cunho autoritário.¹⁴

Assim como as ferramentas de controle e violência não foram estruturas operadas somente no Estado Novo, a prática do exílio também não se configurou como uma consequência exclusiva do período que caracterizou a ditadura de Vargas. Os conflitos sociais e políticos decorrentes do golpe de 1930, e todas as medidas adotadas para conter os focos de resistência, fizeram de muitos opositores ao novo regime ou prisioneiros ou exilados políticos. Na verdade, o Estado Novo, após sua instauração, “apenas” acentuou – e aperfeiçoou – as práticas e os mecanismos de espionagem, contenção e perseguição políticas que já existiam, mas que agora ganhavam, indubitavelmente, contornos hostis e autoritários mais nítidos.

Por isso, embora haja no momento mais conjecturas do que certezas acerca das motivações que ajudaram a determinar a saída de Lídia Besouchet do Brasil, já é possível afirmar que o contexto político se impõe como uma importante pista a ser seguida. O mesmo ponto de vista deve orientar a compreensão do outro lado da moeda, o que implica adentrar na investigação não só das razões que levaram Lídia e Newton a optarem pelo exílio na Argentina, como igualmente perguntar quais teriam sido, então, os motivos para que, dez anos depois, o casal saísse de lá rumo a outro destino que não o Brasil.

Um rápido exame sobre a situação política vivida pela Argentina, no período em que Lídia Besouchet residiu naquele país, pode ser esclarecedor ao menos para desvendar as chances de existirem ali, e principalmente na cidade de Buenos Aires, condições favoráveis para a permanência de exilados advindos de países dominados pelo autoritarismo, como era o caso do Brasil estadonovista e da Espanha franquista.

É notável a produção de trabalhos que apontam o México, dentro do conjunto de países da América Latina, como o principal centro de refúgio de exilados vindos de várias partes do mundo e, ao que parece, não paira qualquer dúvida sobre a sólida tradição de asilo político daquele território.

¹⁵ O desafio está, portanto, em entender porque militantes de esquerda e intelectuais, como os espanhóis Lorenzo Varela, Otero Espasandín, Rafael Dieste, Alberti, Guillermo de Torre¹⁶ e os brasileiros Jorge Amado, Newton Freitas e, obviamente, Lídia Besouchet escolheram a região platina como lugar de exílio. Maria de Fátima Piazza, ao estudar os laços de afinidade de Portinari com o mundo cultural ibero-americano, nos sete meses (de novembro de 1947 a junho de 1948) em que o pintor viveu exilado no Uruguai, reforça a questão ao declarar que Buenos Aires foi, durante finais dos anos 1930 e início da década de 1940, “um pólo de concentração de exilados de várias partes das Américas e da Europa”. Inclusive chega a citar o trecho de um artigo de Newton Freitas, no qual o intelectual afirma que “Buenos Aires estava cheia de escritores, ensaístas, pintores, músicos, vindos, quer da Espanha, quer da França... [que se misturavam] com exilados de todas as partes”.¹⁷

Qual era, então, frente a essas constatações, o cenário cultural e político da Argentina em

¹³ Cf. SOUZA NETTO, 2008.

¹⁴ Cf. CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

¹⁵ Os trabalhos mais significativos sobre a experiência do exílio, principalmente de espanhóis, no México podem ser consultados em *El Exilio Español en México*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982; HANFFSTENGEL, Renata Von; TERCERO, Cecilia (coord.). *México, el exilio bien temperado*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1995; YANKELEVICH, 2002.

¹⁶ Cf. SÁNCHEZ-ÉLEZ, María Victoria Navas. “Relaciones entre escritores gallegos y brasileños en el exilio español: el testimonio de Lorenzo Varela y Newton Freitas”. In. *Revista de Lenguas y Literaturas Catalana, Gallega e Vasca*, v. 15, p. 103-125, 2010.

¹⁷ FREITAS, Newton *apud* PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. “Políticas de amizade: Portinari e o mundo cultural ibero-americano”. In. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, n. 12, jan.-jun. 2006, p. 229.

finais dos anos 1930 e início dos 1940? O que havia de tão atrativo naquele país para que os exilados o preferissem em detrimento de outros destinos mais “óbvios”? Será que o contexto político da Argentina realmente propiciava “condições de liberdade”, considerando que a maioria dos refugiados ali provinha de países nos quais imperava uma temível situação de opressão, tortura e perseguição?

Em resumo, seria equivocado afirmar que a Argentina, nos respectivos anos, oferecia um ambiente de estabilidade política e condições plenas de liberdade. Ainda que o ano de 1938 tenha sido, ao contrário do que ocorreu no Brasil, marcado pela tentativa de renovação do sistema democrático, com a eleição do presidente Roberto Ortiz, os esquemas de fraude e a crise política desencadeada pela reação dos setores dirigentes às intenções democratizantes do novo governo não esconderam os conflitos que dali em diante se desdobrariam. Segundo Boris Fausto, a agenda ideológica argentina também se tornou mais complexa nesse período. De um lado, estavam os nacionalistas e parte dos conservadores, adeptos de uma solução política autoritária; do outro, boa parte dos radicais e socialistas, majoritariamente democratas; e ainda havia um terceiro grupo, com a maioria dos conservadores, defensores de uma postura liberal, não obstante antidemocrata no plano interno.¹⁸ Ao que tudo indica o cenário político argentino não tinha nada de estável; muito pelo contrário, o que se percebe é uma atmosfera de crescente tensão.

O golpe articulado em junho de 1943 por um grupo de oficiais ligados ao Exército, centrados numa proposta política nacionalista, embora tenha sido festejado por alguns como uma solução viável para a crise que abatia o país, não foi recebido sem resistências. Não demorou a irromperem exigências em prol das eleições livres e da instauração de uma democracia sem fraudes. Sem muitas opções, o governo militar nacionalista e reacionário teve de arquitetar uma transição respaldada por medidas democráticas para evitar que os “homens comprometidos com o regime fossem banidos pela oposição”.¹⁹ O grande articulador dessa saída democrática foi Juan Domingo Péron que, após uma série de desentendimentos, lutas e protestos – incluindo a manifestação popular na Plaza de Mayo em que se gritava pela libertação de Péron, preso após ser destituído de todos os cargos que possuía no governo – foi considerado o único nome em potencial para concorrer como candidato à presidência da república.²⁰

Em 1946, Péron ascendeu ao poder por vias estritamente legais e consolidou um governo marcado pela ruptura com o passado liberal e pela continuidade com o regime militar. Novamente, a oposição não aceitou de forma passiva a nova situação, que caminhava para um crescente autoritarismo por parte do Executivo. Várias arbitrariedades foram cometidas e sobre os opositores do regime recaíram duras medidas repressivas, caracterizadas pela política do terror e do silêncio.²¹ A imprensa antiperonista ficou sujeita a todo tipo de interferência do governo que, “por meio de práticas de sabotagem, corrupção, desrespeito às leis, restrições de papel, corte de subsídios, suspensão de direitos”²² se tornou refém do amplo controle exercido pelo regime de Péron sobre os meios de comunicação. O processo de centralização do poder na Argentina, fomentado pela vigência do peronismo, tornou a situação no país cada vez mais hostil, chegando a ser praticamente insustentável para os exilados, que antes usufruíam, sem grandes empecilhos, da “efervescência cultural na mítica capital portenha”.²³

Foi sob o peso dessa conjuntura política que Lídia Besouchet e Newton Freitas deixaram Buenos Aires, após dez anos. A próxima jornada também foi longa e teve como destinos Bélgica, Inglaterra, França, México, Argélia, Espanha e, finalmente, na década de 1980, o Brasil. Embora o casal não tenha deixado de visitar seu país de origem durante toda a permanência no exterior, foi somente em idade avançada, ela com 73 anos e ele com 72, que os escritores retornaram, passando a

¹⁸ FAUSTO, 2004. p. 270-271.

¹⁹ Idem.

²⁰ PRADO, Maria Lígia. *O populismo na América Latina (Argentina e México)*. 5 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

²¹ PRADO, 1986. p. 53.

²² CAPELATO, 2009. p. 91.

²³ PIAZZA, 2006. p. 229.

viver no Rio de Janeiro. Em 1997, Lúdia Besouchet morreu vítima de um câncer, apenas um ano depois da morte de Newton.

O fato é que, na Argentina, Lúdia Besouchet pôde dar continuidade ao ofício de escritora, realizando pesquisas e construindo uma sólida trajetória como historiadora e literata. Além disso, deve ser ressaltada a sua atuação como agente cultural, preocupada em incentivar uma dinâmica de cooperação e integração entre as manifestações culturais do Brasil e da região platina. Nesse sentido, alguns autores concordam que Lúdia foi, juntamente com Newton, a maior divulgadora da literatura e das artes brasileiras na capital portenha, possibilitando a realização de intercâmbios entre artistas e intelectuais dos dois países.²⁴ Tanto que sua casa em Buenos Aires é mencionada como tendo sido um dos pontos de encontro mais frequentados pelos intelectuais exilados na Argentina.

Assim, aproveitando o fervilhar de trocas intelectuais realizadas por interlocutores de várias partes do mundo, Lúdia participou ativamente da vida cultural que movimentou o cenário da cidade de Buenos Aires nos anos 1930 até meados de 1940. Nesse contexto, tem-se notícia da colaboração de Lúdia Besouchet em revistas e jornais que circularam pelas principais cidades da Argentina, dentre os quais destacam-se o *Correo Literario* (1943-1945), que era o principal veículo de publicação dos exilados no país, e a revista *Saber Vivir* (1940-1956), dirigida por José Eyzaguirre e Carmen Valdés.²⁵

Resta acrescentar, após todas as considerações, que Lúdia Besouchet, como uma personagem de importância singular para a história política e cultural do seu tempo, é, na via contrária, pouquíssimo estudada, e diria mesmo desconhecida, pelos pesquisadores brasileiros. Seus livros, especialmente os histórico-biográficos, são superficialmente citados em trabalhos acadêmicos, não sendo objetos de uma investigação mais aprofundada. É por estar ciente do valor que tal trajetória guarda para a construção do conhecimento de um determinado período da nossa história que a presente pesquisa lança questionamentos e sugere uma abordagem e um recorte específicos sobre a experiência de exílio da referida escritora.

Exílio e questões de investigação

A experiência de exílio de Lúdia Besouchet na Argentina, como a leitura de sua biografia permite afirmar, foi determinante tanto para a sua atividade como escritora, quanto para sua militância comunista. Neste último caso, a condição de exilada serviu, dentre outras possibilidades, para aproximá-la de artistas e de intelectuais politicamente engajados que, por conta de perseguições, ameaças e represálias experimentadas em seus países de origem, seguiram a mesma rota de refúgio adotada pela brasileira, ou seja, a capital argentina. Já com relação à prática do ofício de escritora, os registros apontam que, mesmo tendo Lúdia iniciado sua vida literária no ano de 1930, foi somente após fixar residência na cidade de Buenos Aires que escreveu e publicou seu primeiro livro, lançado em 1939. Tais projeções significam que a partida para a Argentina interferiu de múltiplas formas na vida de Lúdia Besouchet, influenciando com bastante ênfase não só na produção intelectual que desenvolveu nos anos seguintes, como também nas escolhas políticas que fez após sua estadia em terras estrangeiras.

No caso específico de Lúdia Besouchet, muitos desses laços de amizade se constituíram ou foram intensificados durante a temporada em que viveu exilada na Argentina. Parte dos vínculos que passou a estabelecer e a cultivar após se deparar com a experiência do exílio estiveram, portanto, intimamente relacionados às redes intelectuais e políticas construídas e partilhadas por indivíduos ou grupos que enfrentaram, assim como ela, a condição de sujeitos vivendo fora de suas pátrias. Logo, o círculo de intelectuais ao qual Lúdia pertenceu durante sua longa estadia na capital

²⁴ Cf. SÁNCHEZ-ÉLEZ, 2010; SOUZA NETTO, 2008; PIAZZA, 2006; SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil: una antología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.

²⁵ Lúdia Besouchet também foi colaboradora dos periódicos argentinos *La Prensa*, *La Capital*, *Nosotros* e *Argentina Libre*, de acordo com levantamento feito por Souza Netto (2008).

portenha existiu não só por conta das afinidades culturais e das empatias políticas, mas também por influência dos laços de solidariedade que reforçaram a vontade de convivência entre os intelectuais exilados, num esforço contínuo de minar o sentimento de exclusão. A perda, a distância, o isolamento, a ausência, o infortúnio, as restrições são, conforme depreende-se de toda uma reflexão teórica acerca do tema do exílio, dimensões concretas da experiência vivida pelo exilado. O exílio é, assim, um tipo específico de fluxo migratório que traz em si uma carga de ordem política, determinando as razões do deslocamento. Essa definição, ou melhor, essa condição é o que distingue o termo exilado de outras expressões como refugiado, expatriado e emigrado. De acordo com Said, a palavra exílio tem origem na velha prática do banimento, entendida como uma punição política de “regimes dados a oprimir e expulsar os dissidentes”.²⁶ Para ele, o exilado jamais abandona o seu país voluntariamente, ao contrário do expatriado, que opta, por motivos pessoais ou sociais, pela vida no estrangeiro.

Já uma reflexão mais ampla sobre o exílio procura expandir o seu alcance de modo a garantir que o fenômeno seja também entendido como uma forma de opção, na verdade, como uma opção política. Desse modo, o exilado seria não só o indivíduo que foi expulso formalmente de seu país, como também aquele que, informalmente, foi “empurrado para fora”, devido às perseguições e ameaças do aparelho repressor. Rollemberg²⁷ explica, contudo, que a condição comum a ambas as formas de exílio foi e continua sendo o aspecto político, que se configura como a principal motivação para o abandono da pátria.

Além das questões mais conceituais, o debate sobre o exílio também possibilita pensá-lo como uma experiência positiva, como uma aventura e uma descoberta e não apenas como uma perda e uma ferida. Said, ao afirmar que a “maioria das pessoas tem consciência de uma cultura, um cenário, um país; [enquanto] os exilados têm consciência de pelo menos dois desses aspectos”,²⁸ expõe muito claramente o que, em sua opinião, era o aspecto iluminador da presença dos exilados, “dos excepcionais entre eles”. Para o autor, a missão intelectual do exilado passava pela perspectiva crítica, pela coragem moral e pela fermentação de ideias. Lídia Besouchet, ao morar em muitos países, conviver com diferentes culturas, falar e ouvir outras línguas e acumular infindáveis experiências é, conforme o ponto de vista da presente pesquisa, uma cidadã do mundo, sendo o exílio para ela uma experiência transformadora.

É, portanto, neste campo de abordagens teóricas que a presente pesquisa se situa, uma vez que parte da trajetória intelectual e política da escritora Lídia Besouchet, para compreender o modo como essa personagem atuou como mediadora de estratégias e discursos destinados a prescrever práticas de produção, circulação e apropriação de ideias. O lugar de onde Lídia falou, suas aspirações e sua maneira de comunicar dois mundos diferentes são referências cruciais para entender os aspectos que cercaram o seu papel como mediadora política e cultural no período em que viveu exilada na Argentina. Dessa maneira, conceitos como o de mediações culturais e circulação de ideias são caros à leitura que esta pesquisa deseja realizar. Além desses, os instrumentais teóricos construídos pelos estudos de gênero configuram um viés importante no cerne das perspectivas de análise adotadas.

Como também é propósito desta pesquisa investigar de que maneira as experiências de Lídia Besouchet, como escritora e como militante comunista, sofreram interferência das relações de poder implicadas nas diferenças construídas entre os sexos, é indispensável algumas reflexões historiográficas sobre o conceito de gênero. Para tanto, este estudo se valerá das colocações de Joan Scott²⁹ para pensar não só o uso adequado desse termo como uma categoria de análise histórica,

²⁶ SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 46.

²⁷ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

²⁸ SAID, 2003. p. 59.

²⁹ SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n.2, p. 5-22, jul/dez., 1990; SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

como também para interpretar o feminismo e o agir feminista por intermédio da leitura dos paradoxos, das ambiguidades e contradições historicamente específicas que marcaram os processos discursivos e as ações caracterizadas como feministas. Nesse sentido, Joan Scott adverte: “os historiadores devem antes de tudo examinar as maneiras pelas quais as identidades de gênero são realmente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente situadas”.³⁰

Enfim, é por meio tanto da história intelectual, quanto dos estudos de gênero que se pretende pesquisar os aspectos que envolveram a trajetória de Lídia Besouchet durante o período que viveu no exílio platino. Seja escrevendo na imprensa, publicando livros, seja ainda promovendo encontros e trocando correspondências, o que importa aprisionar, nos limites da presente pesquisa, é que Lídia Besouchet, por intermédio dessas práticas, buscou tecer a sua volta atividades de intercâmbio entre os meios artístico-intelectuais brasileiro e argentino, sem deixar de comungar, nessa etapa significativa de sua vida, arte e política, atuando tanto no engajamento intelectual quanto na militância de esquerda. Tais questões acabam por suscitar outras, relacionadas às controvérsias que envolveram o lugar ocupado pela escritora nos movimentos políticos e culturais da época. Sua inserção nessas duas esferas da vida pública provavelmente não se deu sem conflitos, transgressões, polêmicas e resistências. Assim como outras mulheres de seu tempo, artistas, militantes e livre-pensadoras, Lídia também enfrentou as regras impostas às pessoas do seu sexo; resta saber como as questões de gênero, atreladas a recusas, críticas, ironias, vetos e todo tipo de opinião e intervenção misógina, impactaram suas experiências como literata, historiadora, romancista e militante comunista.

Bibliografia

ACHIAMÉ, Fernando A. M. *O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937): elites políticas e reformismo autoritário*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ARES, Berta; GRUZINSKI, Serge (org.). “Entre dos mundos”. In. *Fronteras culturales y ARTIÈRES, Philippe*. “Arquivar a própria vida”. In. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p.9-34, 1998.

ARTUNDO, Patrícia. *Mário de Andrade e a Argentina: um país e sua produção cultural como espaço de reflexão*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2004.

BATTIBUGLI, Thaís. *A solidariedade antifascista: brasileiros na Guerra Civil Espanhola (1936-1939)*. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Editora USP, 2004.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Breve História da Argentina*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

_____. “Vertentes da História Intelectual”. In. BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; GARCIA, Tânia da Costa (orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa, v. I*. São Paulo: Unesp, 2009.

BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930*. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp / Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

BUSATTO, Luiz. *O modernismo antropofágico no Espírito Santo*. Espírito Santo: UFES, 1992.

³⁰ SCOTT, 1990. p. 15.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

FAGUNDES, Pedro Ernesto (org.). *Arquivos da repressão política no Estado do Espírito Santo (1930-1985)*. Vitória: PPGHIS-UFES, GM Editora, Coleção Rumos da História, 2011.

FAUSTO, Boris; DEVOTOS, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

FREITAS, Newton. “Correspondência de Mário de Andrade a Newton Freitas”. In. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: IEB/USP, n. 17, p. 91-120, 1975.

GOMES, Angela de Castro. “Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos pessoais”. In. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.

HANFFSTENGEL, Renata Von; TERCERO, Cecilia (coord.). *México, el exilio bien temperado*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1995.

KAREPOVS, Dainis. “O ‘caso Besouchet’ ou o lado brasileiro dos ‘Processos de Moscou’ pelo mundo”. In. *O olho da história*, ano 12, n. 9, dezembro de 2006.

LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (orgs.). *A História Nova*. Tradução Eduardo Brandão. 5ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MENDONÇA, Eliana Rezende Furtado de. “Documentação da Polícia Política do Rio de Janeiro”. In. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, 1998.

NEIBURG, Federico. *Os intelectuais e a invenção do peronismo: estudos de antropologia social e cultural*. Tradução Vera Pereira. São Paulo: Editora da USP, 1997.

PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. “Políticas de amizade: Portinari e o mundo cultural ibero-americano”. In. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 222-246, jan.-jun. 2006.

PRADO, Maria Lígia. *O populismo na América Latina (Argentina e México)*. 5 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. *Feminismo Ideal e Sadio: os discursos feministas nas vozes das mulheres intelectuais capixabas. Vitória/ES (1924 a 1934)*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. *Literatura feminina capixaba (1920-1950)*. Vitória: Academia Espírito-Santense de Letras / Centro de Ensino Superior de Vitória, 2003.

RODRIGUES, Helenice; KOHLER, Heliane (orgs.). *Travessias e cruzamentos culturais: a mobilidade em questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SÁNCHEZ-ÉLEZ, María Victoria Navas. “Relaciones entre escritores gallegos y brasileños en el exilio español: el testimonio de Lorenzo Varela y Newton Freitas”. In. *Revista de Lenguas y Literaturas Catalana, Gallega e Vasca*, v. 15, p. 103-125, 2010.

SANTOS, Raquel Paz dos. “Relações Brasil-Argentina: a cooperação cultural como instrumento de integração regional”. In. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 355-375, julho-dezembro de 2009.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, p. 5-22, jul/dez., 1990.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In. REMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 231-262.

SMITH, Bonnie. *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. Tradução de Flávia Beatriz Rossler. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

_____. “História das Ideias e mediações culturais: breves apontamentos”. In. JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*, v. II. São Paulo: Departamento de História da FFLCH. Universidade de São Paulo, Humanitas, 2011.

SOARES, Renato Viana. *A Escola Activa Antropofágica que a “revolução” de 30 comeu*. São Paulo: Lei Rubem Braga-Darwin, 1998.

SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil: una antología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.

SOUZA NETTO, Vanda Luiza. *A embaixadora das artes. Lídia Besouchet: vida e obra*. Vitória: Academia Espírito-santense de Letras, 2008.

YANKELEVICH, Pablo (org.). *México, País Refugio. La experiencia de los exilios en el siglo XX*. México: Inah/Plaza y Valdés, 2002.